

**À AUTORIDADE SUPERIOR DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC.**

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1132/2022

PROC. ADM. Nº 00015531/2022

A licitante **SCJ SEGURANÇA DIGITAL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.510.770/0001-51, sediada à Rua Marcos Tomazini, 145, na cidade de Londrina/PR, CEP 86.057-060, já qualificada no procedimento licitatório retro mencionado, neste ato por sua representante legal e pelos fatos e fundamentos jurídicos adiante expostos, respeitosamente vem perante Vossa Senhoria apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** para promover a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da seguinte empresa: **VOX10 ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 34.036.386/0001-03.**

DA TEMPESTIVIDADE

Cumpra esclarecer que este presente recurso administrativo é tempestivo, com base na intenção de interposição manifestada ao final da fase de habilitação do referido Pregão Eletrônico.

A presente peça é o meio devido no âmbito licitatório, permitindo a ampla defesa, do contraditório, sendo utilizada como forma de obter uma reparação em decisão antes proferida, devendo ser acolhido e apurado pela autoridade competente.

Lei 8.666/1993:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) anulação ou revogação da licitação;*
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;

(Revogado)

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II – DO BREVE RESUMO DOS FATOS

Conforme o objeto solicitado no referido pregão, se trata de contratação de empresa para execução de serviço de manutenção e instalação de cabeamento estruturado com fornecimento de material para a UDESC. A empresa em questão foi considerada habilitada mesmo tendo apresentado uma proposta em desacordo com as exigências estabelecidas nos termos do edital.

A apresentação de proposta em desacordo com os termos e exigências estabelecidas no edital para à Administração é cristalina nas consequências:

“Art. 43, Lei nº 8.666/93: A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;”

“Art. 48, Lei nº 8.666/93 Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;”

Art. 59, Lei nº 14.133/2021: Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

III – DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

Conforme anexado abaixo, o edital apresentou as especificações e exigências que as propostas deveriam ter para serem consideradas válidas/habilitadas. Porém, mesmo com toda a lei e todas as regras do edital, a empresa deixou de cumprir com várias exigências que serão dialogadas neste recurso e mesmo assim foi considerada habilitada. Sendo que um dos pontos foi referente a cor e ao tamanho das medidas da canaleta pedida pelo edital.

Material 2) **CANALETA PVC** COM DIVISOR INTERNO E ACESSÓRIOS

- Fornecido em barras de 2 metros, já com tampa;
- Fabricada em PVC rígido auto extingüível;
- Modelo e qualidade semelhante ao modelo X, nos tamanhos 100mm x 50mm, 110mm x 20mm e 50mm x 20mm;

PE 1132/2022

Página 28 de 44



- Cor: branco ou gelo;
- Deverá vir acompanhado de todos os acessórios necessários para a instalação: curvas, adaptadores, caixas de derivação caixas sobrepôr para encaixe de tomadas etc.
- Todas as peças devem ser obrigatoriamente do mesmo fabricante do eletroduto para que não haja problemas nas cores e encaixes das peças;

(Pg. 28)

Contudo, a empresa apresentou um modelo de canaleta divergente da que o edital exigia e apresentou fabricante distinto, fazendo que seja clara a falta de cumprimento com os ditames editalícios prezados pelo Sr. Pregoeiro, conforme anexo abaixo:

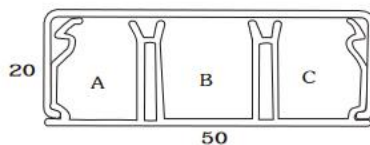
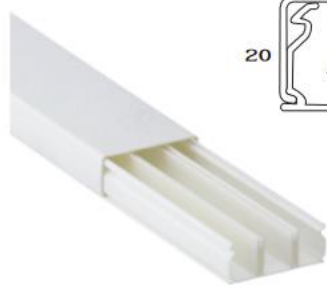
INSTALAÇÃO DE CANALETA EM ALUMÍNIO 70X45MM	DUTOTEC	DT1444100+acessórios
INSTALAÇÃO DE CANALETA PVC - 100X50MM	HELLERMANTYTON	FDC100X50 c/divisória
INSTALAÇÃO DE CANALETA PVC - 110X20MM	DUTOPLAST	513203
INSTALAÇÃO DE CANALETA PVC - 50X20MM	DUTOPLAST	513201
INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50X3000	ELECON	100X50X300
INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 200X50X3000	ELECON	200X50X3000

(proposta enviada pela empresa VOX10)

Como observa-se o edital é cristalino quanto a solicitação que as CANALETAS precisam ser do mesmo fabricante para que possa ter um perfeito encaixe entre as peças. A empresa recorrida ofertou duas marcas distintas para as Canaletas que precisariam ser do mesmo fabricante, cotou a MARCA HELLERMANTYTON e DUTOPLAST.

Ainda como podemos observar nas imagens abaixo, é possível notar que a canaleta oferta da marca DUTOPLAST 513.201 não é possível ser fabricada na cor branca, apenas cores Creme ou Cinza, indo contra o vínculo ao instrumento convocatório.

Duto-X2[®]



Com divisão interna

Material: PVC não propagante de chamas

Medida: 50x20mm

Barra: 2,20m ou 2,00 m de comprimento

Embalagem: Material embalado em caixa

de papelão com 10 barras

Cores: Creme ou Cinza

Cód. 512.201 - 2,20m

Cód. 513.201 - 2,00m (Slim)

Já referente ao item INSTALAÇÃO DE PERFILADO 38X38X6000, conforme imagem abaixo podemos observar uma oferta de tamanho errado de perfilado:

INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50X3000	ELECON	100X50X300
INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 200X50X3000	ELECON	200X50X3000
INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 300X50X3000	ELECON	300X50X3000
INSTALAÇÃO DE PERFILADO 38X38X6000	ELECON	38X38X3000
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO 19" – 24 FIBRAS	FURUKAWA	35260163 + kits
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO 19" – 12 FIBRAS	FURUKAWA	35260163 + kits
INSTALAÇÃO DE TERMINAL ÓPTICO – 4 FIBRAS	FURUKAWA	35260276

Como podemos observar na proposta enviada pela recorrida, é notório que o tamanho do perfilado ofertado não atende ao edital, o solicitado é que a barra tenha ao menos 6000mm ou 6 metros, o cotado pela empresa é apenas 3000mm ou 3 metros, sendo basicamente a metade do tamanho e do valor em vantagem das demais concorrentes do certame.

Dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório, é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).

O princípio da impessoalidade estabelece o dever do administrador de conferir o mesmo tratamento a todos os interessados que se encontrem na mesma situação jurídica. Assim, fica evidenciada a proibição de tratamento discriminatório e privilegiado.

A “igualdade na licitação significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não

extensiva a outro” (CARVALHO FILHO, 2013, p. 244). Esse princípio objetiva proteger a igualdade de expectativa em contratar com a Administração, não estando afastado, pois, o eventual alijamento de um licitante do certame quando for verificado o não atendimento de certos requisitos estabelecidos em edital. (licitação: definições básicas, panorama normativo e princípios. P. 32).

Referente a outro item o qual a empresa deixou a desejar também com o edital, o item de GUIA DE CABO HORIZONTAL.

Material 23) **GUIA DE CABOS HORIZONTAL FECHADO 1U ALTA DENSIDADE**

- Deverá ter acabamento em pintura de epóxi pó de alta resistência à riscos, protegido contra corrosão, de acordo com as condições indicadas para uso interno, pela EIA 569;
- Deverá ser produzido em aço SAE 1020;
- Deverá ser compatível para fixação rack de 19 polegadas;
- Deve ser fornecido com parafusos para fixação em rack;
- Deverá possuir tampa metálica removível, sem parafusos;
- Deverá suportar a passagem de até 48 cabos U/UTP CAT.6 ou 24 cabos CAT.6;

INSTALAÇÃO DE BRACKETS/RACKS (VERIFICAR O FORNECIMENTO DO RACK)	VOX10	Não se aplica
INSTALAÇÃO DE GUIA DE CABOS HORIZONTAL FECHADO	FURUKAWA	35150502
INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL CAT.5e	FURUKAWA	35030005
INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL CAT.6 T568A/B	FURUKAWA	35030006
SERVIÇO DE FUSÃO ÓPTICA	VOX10	Não se aplica

Como observa-se na tabela acima, é possível verificar que a recorrida oferta o modelo 35150502, em verificação ao datasheet oficial da fabricante é possível notar que o modelo ofertado não possui a característica **ALTA DENSIDADE**, ou seja, suporta uma quantidade menor de cabos sendo inferior à que foi solicitada em edital.

Modelo ofertado pela recorrida:

https://www.furukawalatam.com/pt_BR/versao-et-pdf/guia-de-cabos-horizontal-fechado-1u.

O edital prevê a desclassificação das empresas que não cumprem os requisitos mínimos exigidos em sua proposta, e assim deve ser feito.

9.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) que conflitem com a legislação em vigor;
- c) a pedido da licitante, devidamente justificada, analisada e aceita pelo Pregoeiro;
- d) que não cotarem marca/modelo conforme solicitado pelo sistema e-Lic.

9.4 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

9.5 – No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *chat* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

(Pág. 8 do edital)

O ilustre Victor Aguiar Jardim de Amorim comenta sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e sobre o princípio da isonomia.

“Tal princípio é enfatizado pelo art. 41 da Lei no 8.666/1993, que preconiza: “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (BRASIL, 1993). Desse modo, no curso do procedimento licitatório, é vedado ao administrador alterar as regras do jogo ou realizar algum ato contrário ao que foi previamente estabelecido no edital. (licitação: definições básicas, panorama normativo e princípios.p.33).”

Entendemos que a licitação tem o objetivo de garantir a melhor e mais vantajosa proposta, no entanto aceitar proposta que claramente não cumpriu termos **mínimos** de exigência para propositura da proposta comercial, nos deixa desamparados no quesito da isonomia de tratamento entre os participantes deste certame ocorrido.

Desta forma, não se trata de mero formalismo, mas sim de observância estrita aos termos estabelecidos do edital, que em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, constitui lei entre as partes. Essa observância é essencial para garantir a igualdade de tratamento entre os licitantes. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela **ausência** de **cumprimento** do requisito **editalício**. Sabe-se que o procedimento **licitatório** é resguardado pelo princípio da vinculação ao **edital**; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o **descumprimento** das normas contidas no **edital**.

Desta forma, levando em conta os pontos aclamados que foram claramente desrespeitados pela atual empresa, fica claro a incapacidade para que seja considerada habilitada neste certame licitatório, sob pena de ferir o direito administrativo e os princípios que regem as licitações públicas.

VI - DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, pedimos e requeremos que:

- a) Seja acolhido e julgado procedente os pedidos desta peça; assim como dispõe o artigo 109, § 4º, da Lei Nº 8.666/93
- b) Que seja analisado os apontamentos realizados;
- c) Que a empresa VOX10 ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 34.036.386/0001-03 seja **DESCLASSIFICADA** DO PRESENTE Pregão Eletrônico.

Termos em que, pedimos e esperamos deferimento.

Londrina, 31 de outubro de 2022

JEFERSON LEANDRO DINIZ

CPF: 042.731.329-58

DIRETOR

SCJ SEGURANÇA DIGITAL EIRELI